

COLUNA DO ESTADÃO

CRISTIANA LÔBO, COM AGÊNCIA ESTADO

Está se desenhando o seguinte quadro no Congresso: serão aprovadas na Câmara as emendas das reformas administrativa (possivelmente amanhã) e da Previdência, na Comissão de Constituição de Justiça, na forma como saiu do Senado. Com essa folha de serviços prestados ao ajuste fiscal, os parlamentares se sentiriam liberados para alisar o pacote fiscal no item referente ao Imposto de Renda para pessoas físicas.

É uma fórmula na qual ninguém sai com o carimbo de perdedor. O Congresso com uma não agradaria ao governo e com a outra estaria dando satisfação ao eleitorado; e o Planalto não poderia se queixar porque sua reivindicação maior é mesmo a das duas reformas.

O líder do governo, Luís Eduardo Magalhães, tem evitado discutir a polêmica em torno do aumento do Imposto de Renda. "Só vou tratar disso quando estiver perto da votação, daqui a uns 20 dias; até lá muita coisa pode acontecer", foi como justificou a um aliado.

Vale observar: nesse prazo, poderão estar aprovadas as duas reformas — a administrativa em segundo turno e a da Previdência na comissão especial. Ou seja, um enorme ganho para o governo, reduzindo a importância de uma eventual derrota no caso do Imposto de Renda.

ACM, sem causar danos ao governo, sairia como o vencedor.

Será?

Se tudo correr conforme a expectativa do governo, o secretário José Roberto Mendonça de Barros vai poder comprar um terno branco no começo do ano que vem. De acordo com cálculos do governo, em fevereiro poderá haver a reversão na balança comercial — e o saldo poderá ser positivo.

Também, pudera, com tanto arrocho interno ninguém está querendo importar nada.

Mendonça de Barros diz que escolhe a cor do terno conforme o saldo da balança: quanto mais negativo o resultado, mais escura a roupa.

Ponta do lápis

Contas do governador Mário Covas: nos últimos dez dias, o governo de São Paulo arrecadou de ICMS R\$ 60 milhões a menos do que o estimava.

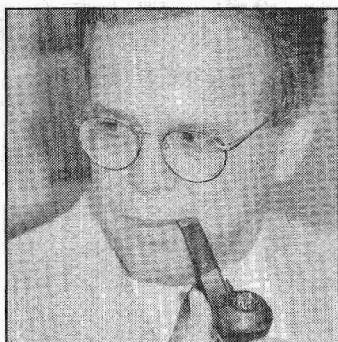
Com o pacote, então, a situação só tende a piorar.

Água fria

O deputado Artur Virgílio (AM), secretário-geral do PSDB, chegou ontem

ao Congresso criticando a medida que reduz à metade os incentivos para a Zona Franca de Manaus. Não demorou muito e o tucanato entrou em cena para serená-lo.

As críticas de um dirigente tucano poderiam contaminar toda a bancada. Coisas do Amazonas.



Insônia

Previsão de Luiz Carlos Mendonça de Barros, presidente do BNDES: "Se nós não dormimos na semana passada, nesta semana não vai dormir quem aposta contra o Real." Os economistas do governo estão mais otimistas com a reação do Brasil à crise do que há dez dias.